



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

18061 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais -N

Educação, escola e compromisso democrático: Reflexões a partir de Patricia Hill Collins
 Joana Carla de Jesus Assis - UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana
 Welington Araújo Silva - UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana

EDUCAÇÃO, ESCOLA E COMPROMISSO DEMOCRÁTICO: REFLEXÕES A PARTIR DE PATRICIA HILL COLLINS

1 INTRODUÇÃO

O estudo consiste no fragmento de uma pesquisa ainda em desenvolvimento, e trata, de modo geral, de discorrer a respeito da indissociabilidade entre educação e democracia como sistematiza Patricia Hill Collins. O diagnóstico da socióloga nos interessa, porque se dedica à compreensão das falhas de uma democracia que não se sustenta como tal, apresentando-se como uma mazela para parte significativa dos cidadãos.

Em sua reivindicação por outra organização, Collins traça um percurso teórico que estabelece as escolas como o ambiente encarregado da gênese do processo democrático. Objetivamos, por meio da articulação com outros autores, oferecer um panorama das percepções de Collins a respeito da democracia, de como uma política liberalista nos afasta da construção de políticas interseccionais, ou de como se apropria destas.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Democracia, liberalismo e a crise do “público”

Para Collins (2009), a questão teórica e prática de maior relevância no início deste século seria a de elaborar os meios de fazer a democracia funcionar. A autora aponta que após os eventos que tiveram lugar em 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, fomentou-se uma percepção de que a democracia deveria ser enxergada como uma fórmula acabada que poderia ser facilmente replicada em outros países.

Dois fatos importantes a serem considerados na condução deste estudo segundo o que pondera Collins (2009) são: i) “a democracia não é um produto acabado, mas está constantemente em construção” (Collins, 2009, p.97). ii) a consolidação desta passa pela construção de uma comunidade. Sociedades democraticamente desenvolvidas são capazes de combinar as diferentes nuances e perspectivas de seu povo, fomentar o debate e a participação política. O argumento é respaldado por Coutinho (2006), para quem a realização de mudanças socialmente efetivas só se dá quando o Estado é capaz de ouvir e compreender as necessidades do povo.

Embora o autor construa seu argumento em termos de uma “sociedade civil que se torne cada vez mais hegemônica pelas classes subalternas” (Coutinho, 2006, p.195), e não de uma integração dos interesses e necessidades dos diferentes grupos, o combate à hegemonia das elites e um questionamento da política liberal também faz parte do percurso delineado por Collins (2009) para fundamentar a luta das pessoas oprimidas por justiça e liberdade. A posição do autor de que o papel da esquerda progressista no Brasil consiste em tornar o Estado permeável às proposições das massas populares, parece corroborar com o entendimento que a socióloga faz do caráter heterogêneo da população estadunidense.

Se por um lado, tal diversidade implica em diferentes concepções de democracia, de forma alguma isso configura uma deficiência para o desenvolvimento profícuo de uma nação. Implica, sim, num campo vasto de possibilidades democráticas, idealizadas de acordo com as experiências pessoais e coletivas de membros dos diferentes grupos sociais. Para Collins (2009), o modo como cada cidadão enxerga o sentido e os deveres da democracia revela sobre o lugar que lhe coube em meio às estruturas de poder.

Tal percepção da autora nos relega a responsabilidade de atentar para o fato de que embora os desdobramentos teóricos do conceito de “democracia” não estejam disponíveis para todos os cidadãos, seus posicionamentos ou as denúncias explícitas sobre situações da vida cotidiana comunicam suas expectativas e/ou frustrações para com os deveres democráticos de nossa nação. Como profissionais que atuam no trato direto com pessoas de diferentes contextos e realidades, é nosso papel realizar essa escuta. E como cidadãos empenhados na construção de políticas efetivamente democráticas, nos cabe tornar um horizonte a questão: Como construir uma democracia que sirva às diferentes pessoas em suas diferentes realidades?

Ainda no processo de destrinchar os elementos da sociedade americana que assinalam a necessidade de uma educação crítica, Collins (2009) afirma que a “cegueira racial” instituída em seu país representa um dos grandes limites a serem ultrapassados. Os conflitos sociais que vivenciamos no Brasil, nos torna familiarizados com os mecanismos de uma democracia que se baseia no universalismo e numa pretensa imparcialidade, criando fenômenos como a meritocracia.

Esse cenário denuncia a ineficácia de uma administração governamental que não entende a necessidade da construção de políticas interseccionais que levem em conta a forma desequilibrada com que seus cidadãos são afetados pelas iniquidades sociais. Na contramão de investigar com seriedade como o racismo, o sexismo, a LGBTfobia e a pobreza afetam as condições de saúde, educação e moradia das pessoas, ou mesmo de reconhecê-los como aspectos fundantes das instituições de nossa sociedade, o movimento realizado é o de acentuar exemplos individuais. Nos quais, apesar de pertencerem a grupos minoritários, um contingente diminuto de pessoas ascende a lugares tidos como representativos nas estruturas de poder. Collins (2009) utiliza a condição bastante específica das mulheres negras para exemplificar esta tendência.

Os problemas sociais enfrentados pelas mulheres afro-americanas pobres e da classe trabalhadora como um grupo, um status que reflete a convergência da exploração de classe, racismo e sexismo, é rotineiramente ignorado como uma questão de política pública. Em vez disso, ouvimos sobre o sucesso individual de mulheres afro-americanas de alto desempenho, como a secretária de Estado Condoleezza Rice ou Oprah Winfrey [...] seu sucesso é usado para mascarar problemas persistentes (Collins, 2009, p.20).

Embora este processo de descaso com as questões das camadas populares remonte a outros séculos, Collins (2009) defende que se desenvolveu nos Estados Unidos desde a metade do século XX um interesse dos partidos em desacreditar as instituições públicas, e conseqüentemente, a própria noção do que é “público”. Num momento em que os direitos civis das mulheres, das pessoas negras e da classe trabalhadora estavam sendo amplamente discutidos no cenário mundial, a estratégia de atacar as instituições públicas servia de modo que tais ofensivas não pudessem ser diretamente reconhecidas como racismo, sexismo, ou com a defesa de interesses específicos das elites.

Remontando à raiz deste processo, Collins (2009) oferece as chaves para que analisemos os discursos que se voltam para a destruição da educação, da saúde e de todas as instâncias públicas que ainda buscam, em meio a um cenário liberal cada vez mais hostil, assegurar condições dignas de sobrevivência para as massas populares. É seguro afirmar que o discurso liberal está intimamente ligado ao racismo, ao sexismo e à falta de compromisso no combate contra a pobreza.

O argumento que mais se advoga em favor do liberalismo é o da multiplicidade de alternativas. Alternativas para melhores atendimentos em saúde, melhores escolas, melhores sistemas de aposentadoria, mas o questionamento persistente deve ser: Para quem essas alternativas estão disponíveis? Elas estão colocadas socialmente de forma democrática? E se tudo o que tivermos for uma série de alternativas privadas, o que garante a qualidade das alternativas disponíveis para a classe trabalhadora? Com quem dialogar, para quem reivindicar, e quem assume o compromisso para com as questões sociais?

Para Coutinho (2006), as elites dominantes buscam por meio do neoliberalismo, uma alteração da própria estrutura do Estado. Distante de restringir-se apenas à economia de mercado, o objetivo é alterar a própria forma como os direitos sociais são adquiridos no meio social. Ao desfazer o chamado “corporativismo de Estado”, não há nenhuma instância que possa impedir a elite dominante de conduzir as relações de trabalho ao seu bel prazer, favorecendo apenas o acúmulo de capital.

Esse procedimento se estende até a educação, ao que Collins (2009) refere-se como “*resegregation of public education*”. Embora o discurso social seja o de que a educação está igualmente disposta para todos os cidadãos, existe uma série

de barreiras no que diz respeito a quais alunos são qualificados para receber um serviço educacional de qualidade. A administração com interesses liberais, denomina-se neutra, mas é incapaz de impedir o processo de polarização que decorre do sucateamento, da privatização e da diminuição progressiva na qualidade de vida e de direitos das pessoas mais pobres.

Conseqüentemente, as lutas em torno da educação pública, da saúde pública, do transporte público, e uma série de outras demandas não se justificam ou não alcançam expressividade popular. Porque mesmo as pessoas que dependem cotidianamente dos serviços públicos foram levadas a assumir os interesses das classes dominantes como os seus. Esse é apenas um dos aspectos que justifica a necessidade de uma educação democrática. Uma vez que a manutenção dessa perspectiva alienante anuncia nossa derrota frente a possibilidade de exercer a ação democrática que nos aproximaria dos horizontes da justiça social.

2.2 “Escolas fazem mais do que ensinar”

Considerando suas próprias experiências, Collins (2009) discorre sobre o papel basilar que cumprem as escolas em nosso meio social. A socióloga inicia afirmando que à educação cabe muito mais do que o ensino de tópicos e habilidades meramente acadêmicas, o que, em suma, parece consistir na totalidade do ideal de educação mantido por parte significativa dos cidadãos.

É fundamental atentar para o fato de que as escolas cumprem também o papel de validar ou rechaçar uma série de ideias e comportamentos que podem influenciar positiva ou negativamente nos rumos sociais. Tanto dos educandos, como indivíduos, quanto do nosso rumo enquanto coletividade. Podendo tornar os alunos tanto sujeitos que, por meio de suas escolhas e ações, reforcem as estruturas de opressão, quanto torná-los replicadores de posturas emancipatórias.

Essa certeza é o que encarrega a educação formal, para Eliane Cavalleiro (2001), da responsabilidade de educar pessoas informadas de seus direitos civis e políticos, e capazes de avaliar de forma crítica o desenvolvimento das relações sociais em nosso país. Essa análise possibilita o entendimento do racismo como sustentáculo de uma democracia que não é, e nem almeja ser, capaz de garantir direitos básicos de dignidade e sobrevivência para uma parcela significativa de

seus cidadãos.

A escola, como estrutura social, está carregada de direcionamentos políticos que caminham de forma contrária à emancipação das massas populares. No entanto, não devemos perder de vista que todo espaço se constrói mediante as pessoas que o compõem e sua agência. Por esse motivo, Collins (2009) não se furta a destacar a essencialidade dos professores como peças fundamentais na construção de qualquer projeto que almeje transformar a educação. Uma vez que, são os primeiros a se deparar com os efeitos das injustiças sociais na vida dos cidadãos.

Em *Pensamento Feminista Negro* (2019), Collins vai abordar os efeitos gerados pelo impedimento das pessoas negras à educação formal, seguida de um acesso que permitia com que estivessem presentes apenas em meios educacionais subfinanciados. No início da década de 90, o cenário ainda era o de percentuais altíssimos de mulheres negras, tanto na zona urbana quanto na zona rural, abandonando as escolas antes de concluir sua escolarização. Nas duas primeiras décadas deste século, o cenário de como as estruturas de opressão se apresentam no meio educacional é distinto.

Se em outros tempos jovens de determinados grupos sociais, étnicos e raciais eram abertamente proibidos de frequentar escolas, hoje, conquistas importantes foram obtidas no que diz respeito ao ensino de adultos e à inclusão de estudos étnicos nos currículos. No Brasil, o EJA (Educação de Jovens e Adultos) e a Lei 11.645/2008 representam um cenário mais democrático na educação, embora ainda existam uma série de percalços a serem superados. No entanto, tais conquistas, embora relevantes, não significam a superação do racismo ou das iniquidades sociais que afetam nossos educandos. Segundo o censo do IBGE de 2022, a taxa de pessoas pardas e pretas jovens em condição de analfabetismo é mais que o dobro da taxa encontrada entre pessoas brancas no país. Entre idosos a diferença é ainda mais alarmante (Gomes, 2023).

As discrepâncias se mantêm no que diz respeito à dinâmica dentro das escolas e universidades. Collins (2009) declara que há uma série de exigências que se apresentam para que estando nestes lugares, os membros de grupos minoritários sejam tratados com o reconhecimento que deveria estar disposto a todos. Estas crianças e jovens serão, muitas vezes, levadas a desconsiderar seus pontos de vista, suas vivências particulares, e as vivências de suas comunidades.

A extensão desse processo alienante é fundamental para fazer funcionar a mais recente empreitada do liberalismo quando se trata de inclusão e diversidade, dentro e fora das instituições de educação. O acesso de pessoas negras, indígenas, descendentes de imigrantes ou da comunidade LGBTQIAP+ ao que Collins (2009) denomina de “pódios do poder”, é possibilitado. Mas sempre de forma individual, nunca coletiva (Collins, 2021). É importante que estas pessoas simbolizem a concepção hegemônica do que é “sucesso”, e que contribuam para a deslegitimação dos sentimentos, da experiência e das condições reais dos grupos oprimidos. Em prol da divulgação de uma imagem multicultural e homogênea, que não aponte as falhas do processo democrático em vigência para com as minorias. Sobre isso, Collins (2009) afirma:

Incluir fotos de indivíduos de grupos marginalizados nas capas de catálogos de faculdades ou contratar mulheres de cor amigáveis como recepcionistas de grandes corporações não significa que universidades ou empresas levem a sério as ideias de mulheres ou pessoas de cor (Collins, 2009, p.06).

Interessadas na manutenção do status quo, é inviável que se considere as classes dominantes como aliadas na construção de uma educação pública mais democrática. As crises que representam o aumento da fome, da violência, do desemprego e a diminuição significativa na qualidade de vida da classe trabalhadora, são vistas como elementos a serem ajustados ou reformados (Saviani, 2017). Munida desta compreensão, a classe trabalhadora deve explorar os momentos de crise do capitalismo, de modo que seja possível uma subversão das estruturas de poder como estão organizadas.

Collins (2009), entende que os povos oprimidos, mediante o lugar social que ocupam, conseguem visualizar as relações de poder de forma singular. O que nos permite a formação de uma consciência questionadora, responsável pela percepção crítica e pelas conquistas políticas que, historicamente, podemos atribuir a estes grupos. Esta mesma consciência permitiu a idealização de possibilidades educativas que visam a consolidação de uma sociedade democrática, sobre as quais também nos debruçaremos agora.

2.3 Salas de aula: a gênese do processo democrático

As respostas para como devemos efetivamente construir ou consolidar formas de resistência, que fortaleçam o papel da educação na democracia passam, para Collins (2009), por uma compreensão da educação como instituição “protetora da justiça e facilitadora da equidade”. E a despeito de reconhecer que a educação privada desempenha um papel na ordem destes fatores, é a educação pública que deve ser investida da missão de educar os cidadãos para o engajamento democrático, para apropriarem-se das discussões políticas e dos meios de participar ativamente e para organizarem-se coletivamente no processo de superação das mazelas sociais, raciais, de gênero e etnia.

Não se trata de um debate sobre a politicidade das salas de aula. As salas de aula são espaços políticos, o que nos interessa é pensar em quais debates temos validado ou rechaçado antes que possam ser desenvolvidos. A quem serve o tipo de cultura do discurso que temos fortalecido nas escolas? Quem se beneficia dos conhecimentos e das posturas que nossos alunos são incentivados a manter no plano democrático? Se usualmente as salas de aula têm cumprido o papel de reforçar posturas hegemônicas, Collins (2009) nos alerta para o perigo de pensar que a estrutura de algo como a educação está dada.

A autora também se propõe o exercício de apresentar pedagogias que estão alinhadas às possibilidades democráticas que almejou impulsionar ao escrever *“Another Kind of Public Education”*, entre elas está a Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire, que com seu conceito de “educação bancária” - trabalhado por Collins em *Interseccionalidade* (2021) - critica o modo como se espera que os membros de grupos oprimidos assimilem informações que sequer dialogam com sua realidade de forma acrítica. Através da figura de Freire, Collins (2009) reitera o papel que deve cumprir o diálogo na educação. Um diálogo que não esteja pautado na escolha de uma “posição superior”, mas na compreensão das perspectivas apresentadas.

Finalizo o tópico com uma citação da autora que sintetiza a ideia de que as salas de aula são a fundação não apenas das mudanças pensadas para a “escola”, mas devem assumir o lugar de gênese de um projeto democrático muito mais amplo. “As salas de aula são locais onde as pessoas praticam diálogos entre diferenças de poder geradas por estruturas de raça, classe, gênero e sexualidade e, nesse sentido, são essenciais para praticar a resistência contra essas estruturas de poder” (Collins, 2009, p.101).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos reunir aqui elementos que consideramos fundamentais ao que temos denominado de “teoria educacional de Patricia Hill Collins”, que dialoga e referencia estudiosos e campos que convergem ao atribuir essencialidade à consideração das estruturas sociais na reformulação do projeto educacional estabelecido como alternativa única à construção de uma outra democracia. Entendendo a importância do que elenca Collins (2009) não só sobre a educação formal, mas também sobre elementos do contexto social que fazem parte da nossa formação social.

A educação, muitas vezes, descortina um mundo a respeito do qual seria menos doloroso permanecermos ignorantes. No entanto, o processo educacional deve ser, sobretudo, humanizador. E humanizar-se para as questões sociais nos permite acessar uma série de situações que questionam as noções estabelecidas de raça, classe, gênero e outros tantos aspectos de extrema relevância. Apenas desse modo podemos nos munir do conhecimento necessário para identificá-las, e assim, construir uma atitude pessoal e coletiva que desafie a democracia estabelecida.

REFERÊNCIAS

COLLINS, Patricia Hill. **Another kind of public education: Race, schools, the media, and democratic possibilities**. Beacon Press, 2009.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Boitempo Editorial, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Boitempo editorial, 2019.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estado brasileiro: gênese, crise, alternativas**. In: **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. 2006. p. 173-200.

DOS SANTOS CAVALLEIRO, Eliane (Ed.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. Selo Negro, 2001.

GOMES, Irene. **Em 2022, analfabetismo cai, mas continua mais alto entre idosos, pretos e pardos e no Nordeste**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-no-nordeste#:~:text=No%20total%2C%20eram%209%2C6,2022%2C%20divulgada%20h>

SAVIANI, Dermeval. **A crise estrutural do capitalismo e seus impactos na educação pública brasileira. Crise capitalista e educação brasileira.** Uberlândia: Navegando Publicações, p. 31-45, 2017.

Palavras-chave: educação, Patricia Hill Collins, democracia